

No. 35962

**Brazil
and
Peru**

Exchange of notes constituting an agreement on the establishment of Border Committees between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru. Lima, 21 July 1999

Entry into force: 21 July 1999, in accordance with the provisions of the said notes

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 18 August 1999

**Brésil
et
Pérou**

Échange de notes constituant un accord relatif à la création de Comités de frontières entre la République fédérative du Brésil et la République du Pérou. Lima, 21 juillet 1999

Entrée en vigueur : 21 juillet 1999, conformément aux dispositions desdites notes

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 18 août 1999

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

EXCHANGE OF NOTES -- ÉCHANGE DE NOTES

I

Nr.186

Lima, em 21 de julho de 1999.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com a finalidade de propor a criação de Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, tendo como base o propósito comum de ambos os Governos de fortalecer os tradicionais laços de amizade existentes entre os dois povos e convencidos da importância de estabelecer mecanismos ágeis e dinâmicos que contribuam ao desenvolvimento econômico e à integração física entre os nossos países.

2. Em consonância com o objetivo acima fixado, e sempre em estrita observância dos instrumentos internacionais vigentes e das respectivas competências legais internas de cada país, os Comitês de Fronteira deverão atuar como instâncias prévias do Grupo de Trabalho da Comissão de Vizinhança Brasil-Peru sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço ou de outros Grupos de Trabalho, em função da temática de que se trate, de forma a resolver, no âmbito local, e quando legalmente habilitados para tanto, questões do interesse das suas respectivas comunidades fronteiriças.

3. O primeiro desses mecanismos operativos atenderá às localidades fronteiriças do Iñapari-Assis Brasil, podendo-se, futuramente, estabelecer comitês semelhantes em outras áreas de fronteira em que se julgue conveniente.

4. Tendo em vista a necessidade de regulamentar o funcionamento dos Comitês de Fronteira por meio de uma normativa específica, submeto a Vossa Excelência a aprovação de seu Regulamento nos seguintes termos:

A Sua Excelência o Doutor
Fernando de Trazegnies Granda
Ministro das Relações Exteriores da
República do Peru

“REGULAMENTO DOS COMITÊS DE FRONTEIRA

ARTIGO I

Os Comitês de Fronteira constituem foros bilaterais para o tratamento de temas de interesse comum da região fronteiriça com o objetivo de dar rápida solução aos problemas levantados ou sugerir recomendações para esse fim.

ARTIGO II

Os Comitês de Fronteira, sob a jurisdição das respectivas repartições consulares do Brasil e do Peru, atuarão, dentro dos limites de sua competência legal, como instâncias prévias para o tratamento de assuntos que incumbam ao Grupo de Trabalho da Comissão de Vizinhança Brasil-Peru sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço ou a outro Grupo de Trabalho em virtude do tema que se trate.

ARTIGO III

Os Comitês de Fronteira se reunirão pelo menos duas vezes por ano ou quantas mais forem necessárias, atendendo à convocação de uma das Partes pelos canais diplomáticos ou consulares competentes. As reuniões serão realizadas alternadamente em cada uma das localidades fronteiriças de que se ocupe o Comitê, sob a presidência da autoridade que designe a Chancelaria respectiva ou pelo Cônsul brasileiro ou peruano correspondente.

ARTIGO IV

Tendo em vista a diversidade de temas a serem tratados no âmbito de suas reuniões, os Comitês de Fronteira terão composição flexível, de modo a permitir a participação não apenas de representantes dos setores público e privado locais, mas também, quando for o caso, de outros órgãos e entidades de ambos os países, interessados na respectiva agenda. Procurar-se-á correspondência entre os representantes do setor público e do setor privado que participem de suas reuniões.

ARTIGO V

As agendas das reuniões dos Comitês de Fronteira serão elaboradas de forma coordenada pelos Cônsules brasileiro e peruano da área fronteira correspondente, ou alternativamente pelos responsáveis das respectivas Embaixadas e Chancelarias, os quais, de comum acordo, em consulta permanente com as autoridades locais, estabelecerão os temas que deverão ser tratados nos encontros. Sempre que possível, as agendas assim elaboradas serão transmitidas aos participantes com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data de início da reunião, sem prejuízo de que, por ocasião desta última, possam ser incluídos tópicos emergentes a pedido de uma das Partes. Este prazo não se aplicará às convocações de reuniões extraordinárias, as quais, por sua urgência, se atenderão de imediato.

ARTIGO VI

Os trabalhos dos Comitês de Fronteira terão como objetivo:

- a) em estrita observância dos instrumentos internacionais vigentes e das respectivas competências legais internas no âmbito de cada país, adotar acordos e soluções de caráter operativo *in situ*, circunscritos à área fronteira;
- b) sugerir iniciativas ao Grupo de Trabalho da Comissão de Vizinhança sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço conducentes a promover maior interação na região fronteira;
- c) apoiar e facilitar a execução, na área de competência dos Comitês de Fronteira, das medidas definidas e acordadas no âmbito da Comissão de Vizinhança e de seus Grupos de Trabalho, bem como do Mecanismo Permanente de Consulta, Informação e Cooperação em Assuntos Internacionais e em Matérias de Interesse Comum; e
- d) promover maior coordenação entre os órgãos públicos e entidades privadas na respectiva região fronteira.

ARTIGO VII

As ações que escaparem à jurisdição e competência dos Comitês de Fronteira serão encaminhadas à consideração das instâncias pertinentes nos dois países por meio de suas respectivas Embaixadas e Chancelarias.

ARTIGO VIII

Os Presidentes dos Comitês de Fronteira deverão dar pronto conhecimento às respectivas Embaixadas e Chancelarias de suas recomendações adotadas por consenso, bem como das Atas das reuniões. Deverão igualmente elevar ao conhecimento do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço, quando esse se reúna, um relatório escrito sucinto sobre suas atividades, acompanhado das Atas das reuniões e das recomendações que correspondam.

ARTIGO IX

Qualquer proposta de modificação do presente Regulamento deverá ser submetida à aprovação dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores.”

Esta Nota, e a resposta de Vossa Excelência, de igual teor e com a mesma data, constituirão um Acordo entre nossos dois Governos, o qual entrará em vigor a partir desta data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração.



Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

II

NOTA (RE) No. 6/24

Lima, 21 de julio de 1999.

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia con relación a la propuesta formulada por el Ilustrado Gobierno de la República Federativa del Brasil, mediante Nota N° 186, de fecha 21 de julio de 1999, referida a la creación de los Comités de Frontera entre el Perú y Brasil, y su respectivo Reglamento, en los siguientes términos:

"Lima, 21 de julio de 1999.

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia con la finalidad de proponerle la creación de Comités de Frontera entre la República Federativa del Brasil y la República del Perú, teniendo como base el propósito común de ambos Gobiernos de fortalecer los tradicionales lazos de amistad existentes entre los dos pueblos y convencidos de la importancia de establecer mecanismos ágiles y dinámicos que contribuyan al desarrollo económico y a la integración física entre nuestros países.

2. En concordancia con el objetivo antes señalado, y siempre en estricta observancia de los instrumentos internacionales vigentes y de las respectivas competencias legales internas de cada país, los Comités deberán actuar como instancias previas del Grupo de Trabajo de la Comisión de Vecindad Brasil-Perú sobre Cooperación Amazónica y Desarrollo Fronterizo, o de otros Grupos de Trabajo, en función de la temática que se trate, para resolver en el ámbito local, y cuando se encuentren legalmente habilitados para ello, asuntos de interés de sus respectivas comunidades fronterizas.

A Su Excelencia

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores de la
República Federativa del Brasil
LIMA.-

3. El primero de dichos mecanismos, atenderá las localidades fronterizas de Iñapari-Assis Brasil, pudiéndose en el futuro instalar Comités en otras áreas de la frontera común que se juzguen convenientes.

4. Considerando la necesidad de regular el funcionamiento de los Comités de Frontera a través de una normativa específica, someto a Vuestra Excelencia la aprobación de su Reglamento en los siguientes términos:

REGLAMENTO DE LOS COMITES DE FRONTERA

Artículo 1

Los Comités de Frontera, constituyen foros bilaterales para el tratamiento de temas de interés común en la región fronteriza con el objeto de dar rápida solución a los problemas planteados o sugerir recomendaciones para tal fin.

Artículo 2

Los Comités de Frontera, bajo la circunscripción de las oficinas consulares del Brasil y Perú, actuarán dentro de los límites de su competencia legal como instancias previas para el tratamiento de asuntos que correspondan al Grupo de Trabajo de la Comisión de Vecindad sobre Cooperación Amazónica y Desarrollo Fronterizo, o a otro Grupo de Trabajo en función al tema que se trate.

Artículo 3

Los Comités de Frontera se reunirán por lo menos dos veces al año o cuantas más fueren necesarias, atendiendo a la convocatoria de una de las Partes por los canales diplomáticos o consulares pertinentes. Las reuniones se realizarán alternadamente en las localidades fronterizas de que se ocupe el Comité, bajo la presidencia de la autoridad que designe la Cancillería respectiva o por el Cónsul brasileño o peruano correspondiente.

Artículo 4

Teniendo en cuenta la diversidad de temas a ser tratados en el ámbito de sus reuniones, los Comités de Frontera tendrán una composición flexible, de modo que permitan la participación no solamente de representantes de los sectores público y privado locales, sino también, y cuando fuere el caso, de otros órganos y entidades de ambos países, interesados en la respectiva agenda. Se procurará que exista correspondencia entre los representantes del sector público y privado que participen de sus reuniones.

Artículo 5

Las agendas de las reuniones de los Comités serán elaboradas de manera coordinada por los Cónsules brasileño y peruano del área fronteriza correspondiente, o alternativamente, por los responsables de las respectivas Embajadas y Cancillerías, los cuales, de común acuerdo y en consulta permanente con las autoridades locales, establecerán los temas que deberán ser tratados en las reuniones. Siempre que sea posible, las agendas así elaboradas serán puestas en conocimiento de los participantes con una antelación mínima de treinta días a la fecha de inicio de la reunión, sin perjuicio de que, durante la misma, se pueda incluir temas emergentes a pedido de una de las Partes. Este plazo no se aplicará a las convocatorias de reuniones extraordinarias, las cuales, por su carácter de urgencia, se realizarán de inmediato.

Artículo 6

Los trabajos de los Comités de Frontera tendrán como objetivo:

- a) En estricta observancia de los instrumentos internacionales vigentes y de las respectivas competencias legales internas en el ámbito de cada país, adoptar acuerdos y soluciones de carácter operativo *in situ*, circunscritos al área fronteriza.
- b) Sugerir iniciativas al Grupo de Trabajo de la Comisión de Vecindad sobre Cooperación Amazónica y Desarrollo Fronterizo, orientadas a promover una mayor integración en la región fronteriza.
- c) Apoyar y facilitar la ejecución, en el área de competencia de los Comités, de las medidas definidas y acordadas en el ámbito de la Comisión de Vecindad Brasil - Perú y de sus Grupos de Trabajo, así como del Mecanismo Permanente de Consulta, Información y Cooperación en Asuntos Internacionales y en Materia de Interés Común.

- d) Promover una mayor coordinación entre los órganos públicos y las entidades privadas en la respectiva región fronteriza.

Artículo 7

Las acciones que escapen a la jurisdicción y competencia de los Comités de Frontera, serán sometidas a consideración de las instancias pertinentes en ambos países, a través de sus respectivas Embajadas y Cancillerías.

Artículo 8

Los Presidentes de los Comités de Frontera, en el más breve plazo, deberán poner en conocimiento de sus respectivas Embajadas y Cancillerías las recomendaciones adoptadas por consenso, así como las Actas de las reuniones. Igualmente deberán elevar al conocimiento del Grupo de Trabajo sobre Cooperación Amazónica y Desarrollo Fronterizo, cuando este se reúna, un informe sucinto sobre sus actividades, acompañando las Actas de las reuniones y las recomendaciones que correspondan.

Artículo 9

Cualquier propuesta de modificación del presente Reglamento deberá ser sometida a la aprobación de los respectivos Ministerios de Relaciones Exteriores."

Esta Nota y la respuesta de Vuestra Excelencia, de igual tenor y con la misma fecha, constituirán un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos, el cual entrará en vigor a partir de esta fecha.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las consideraciones de mi alta estima y distinguida consideración.

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
de la República Federativa del Brasil"

Al respecto, me es particularmente grato poner en conocimiento de Vuestra Excelencia la conformidad del Gobierno de la República del Perú con las disposiciones antes transcritas, por lo cual la presente Nota y la de Vuestra Excelencia de la misma fecha y tenor, constituyen un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos, que entrará en vigor en la fecha.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

FERNANDO DE TRAZEGNIÉS GRANDA
MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES
DE LA REPUBLICA DEL PERU

[TRANSLATION - TRADUCTION]

I

No. 186

Lima, 21 July 1999

Sir,

1. I have the honour to propose to you the establishment of committees for the border between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Peru on the basis of the Governments' common desire to strengthen the traditional bonds of friendship between the two peoples and of their belief in the importance of establishing rapid, active mechanisms to promote the economic development and integration of our countries.

2. In accordance with the above-mentioned objective, and in full compliance with the international instruments currently in force and with the respective internal jurisdiction of each country, the border committees shall be concerned with the preliminary handling of matters for the Working Group of the Brazilian-Peruvian Neighbourly Relations Commission on Amazonian Cooperation and Border Development or of the other working groups, according to the matter to be dealt with, in order to resolve issues of interest to their respective border communities at the local level and to the extent authorized by law.

3. The first of these operative mechanisms shall be responsible for the border communities of Iñapari-Assis, Brazil; in the future, similar committees may be established in other border areas as deemed appropriate.

4. Bearing in mind the need to regulate the functioning of the border committees through specific regulations, I hereby submit the said Regulations for your approval:

REGULATIONS OF THE BORDER COMMITTEES

Article I

The Border Committees shall constitute bilateral forums for the handling of matters of mutual interest to the border region in order to find a speedy solution to such problems as arise or to make recommendations for that purpose.

Article II

The Border Committees, under the jurisdiction of the respective consular offices of Brazil and Peru and within the limits of their legal competence, shall be concerned with the preliminary handling of matters falling within the mandate of the Working Group of the Brazilian-Peruvian Neighbourly Relations Commission on Amazonian Cooperation and Border Development or of other working groups, depending on the matter to be dealt with.

Article III

The Border Committees shall meet at least twice per year or as often as deemed necessary, subject to notification by either Party through the appropriate diplomatic or consular channel. The meetings shall be held alternately in each of the border communities for which the Committee in question is responsible and shall be chaired by the authority designated by the respective Ministry of Foreign Affairs or by the relevant Brazilian or Peruvian consul.

Article IV

Given the diversity of matters to be dealt with at the Border Committees' meetings, their membership shall be flexible in order to allow for the participation not only of representatives of the local public and private sectors, but also, where appropriate, of such other bodies and entities of the two countries as are concerned by the agenda of a particular meeting. Efforts shall be made to ensure a balance between the representatives of the public and private sectors who participate in the meetings.

Article V

The agendas for meetings of the Border Committees shall be prepared in a coordinated manner by the Brazilian and Peruvian consuls for the relevant border region or, alternatively, by the heads of the respective embassies and Ministries of Foreign Affairs, which, by mutual agreement and in ongoing consultation with the local authorities, shall establish the issues to be dealt with in the meetings. Wherever possible, the agendas, once prepared, shall be communicated to the participants at least 30 days prior to the meeting, without prejudice to the possible inclusion, at the meeting, of new topics at the request of one Party. This time limit shall not apply to special meetings which, because of their urgency, are held without prior notice.

Article VI

The objectives of the Border Committees' work shall be:

(a) To adopt, in situ and in full compliance with the international instruments currently in force and with the respective internal legal jurisdictions of each country, agreements and solutions of an operational nature and limited to the border area;

(b) To make proposals to the Working Group of the Neighbourly Relations Commission on Amazonian Cooperation and Border Development concerning initiatives for the promotion of greater interaction in the border region;

(c) To support and facilitate the implementation, in the area of competence of the Border Committees, of measures to be developed and adopted within the framework of the Neighbourly Relations Commission and its working groups and of the Standing Advisory, Information and Cooperation Mechanism on International Affairs and Matters of Mutual Interest; and

(d) To promote improved coordination between public bodies and private entities in the respective border regions.

Article VII

Activities falling outside the jurisdiction and competence of the Border Committees shall be submitted for consideration to the relevant bodies of the two countries through the intermediary of their respective embassies and Ministries of Foreign Affairs.

Article VIII

The chairmen of the Border Committees shall submit the recommendations which the committees have adopted by consensus and the records of their meetings to the respective embassies and Ministries of Foreign Affairs in a timely manner. They shall also submit to the Working Group on Amazonian Cooperation and Border Development, at its meetings, a written summary report of their activities accompanied by the records of their meetings and the relevant recommendations.

Article IX

Any proposal for the amendment of these Regulations shall be submitted to the respective Ministries of Foreign Affairs for approval.

This Note and your reply to the same effect and of the same date shall constitute an Agreement between our two Governments which shall enter into force on today's date.

Accept, Sir, etc. ...

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs Federative Republic of Brazil

His Excellency
Mr. Fernando de Trazegnies Granda
Minister for Foreign Affairs Republic of Peru

II

Note No. 6/24

Lima, 21 July 1999

Sir,

I have the honour to refer to the proposal made by the Government of the Federative Republic of Brazil in Note No. 186 of 21 July 1999 concerning the establishment of committees for the border between Peru and Brazil and the relevant Regulations thereof, which reads as follows:

[See note I]

In that regard, it gives me great pleasure to inform you that the Government of the Republic of Peru agrees to the foregoing provisions; accordingly, this note and your note of the same date and to the same effect shall constitute an Agreement between our two Governments which shall enter into force on today's date.

Accept, Sir, etc. ...

FERNANDO DE TRAZEGNIES GRANDA
Minister for Foreign Affairs Republic of Peru

His Excellency
Mr. Luiz Felipe Lampreia
Minister for Foreign Affairs
Federative Republic of Brazil
Lima

[TRANSLATION - TRADUCTION]

I

No. 186

Lima, le 21 juillet 1999

Monsieur le Ministre,

1. J'ai l'honneur, eu égard à l'intention commune de nos deux gouvernements de renforcer les liens traditionnels d'amitié qui unissent leurs deux peuples et convaincus de l'importance d'établir des mécanismes souples et dynamiques afin de contribuer au développement économique et à l'intégration physique de nos pays, de vous proposer la création de Comités de frontières entre la République fédérative du Brésil et la République du Pérou.

2. Conformément à l'objectif susmentionné, et toujours en rigoureuse conformité avec les instruments internationaux en vigueur et les compétences légales respectives internes de chaque pays, les Comités agiront comme instance préalable du Groupe de travail de la Commission de voisinage Brésil-Pérou sur la coopération amazonienne et le développement frontalier ou d'autres groupes de travail, selon la question dont il s'agira, afin de régler au plan local, lorsqu'ils seront légalement habilités à cet effet, les questions présentant un intérêt pour leurs communautés frontalières respectives.

3. Le premier desdits mécanismes desservira les localités frontalières d'Iñapari-Assis Brasil, et d'autres comités pourront être mis en place à l'avenir dans les autres secteurs de la frontière commune qui seront jugés opportuns.

4. Étant donné la nécessité de réglementer le fonctionnement des Comités de frontières au moyen de normes spécifiques, je vous propose d'approuver le Règlement desdits Comités, qui serait rédigé comme suit:

RÈGLEMENT DES COMITÉS DE FRONTIÈRES

Article premier

Les Comités de frontières constituent des instances bilatérales chargés de traiter les questions d'intérêt commun dans la région frontalière afin de résoudre rapidement les problèmes pouvant surgir ou de suggérer des recommandations à cette fin.

Article II

Les Comités de frontières, qui relèveront des bureaux consulaires respectifs du Brésil et du Pérou, agiront dans les limites de leurs compétences légales en tant qu'instance préalable d'examen des questions relevant du Groupe de travail de la Commission de voisinage sur la coopération amazonienne et le développement frontalier ou de tout autre groupe de travail, selon la question dont il s'agit.

Article III

Les Comités de frontières se réuniront au moins deux fois par an, ou plus fréquemment si besoin est, sur la convocation de l'une des Parties par la voie diplomatique ou consulaire appropriée. Les réunions se tiendront alternativement dans les localités frontalières relevant du Comité, sous la présidence de l'autorité désignée par le Ministère des relations extérieures ou par le Consul brésilien ou péruvien correspondant.

Article IV

Étant donné la diversité des questions qui devront être examinées lors de leurs réunions, les Comités de frontières auront une composition souple de manière que puissent participer à leurs travaux non seulement des représentants des secteurs public et privé locaux mais aussi, le cas échéant, des représentants d'autres organes et entités des deux pays intéressées par les questions à l'étude. Dans la mesure du possible, il sera assuré un équilibre entre les représentants des secteurs public et privé participant à leurs réunions.

Article V

L'ordre du jour des réunions des Comités sera établi d'un commun accord par les Consuls brésilien et péruvien de la région frontalière correspondante ou, à défaut, par les responsables des Ambassades et Ministères des relations extérieures respectifs, lesquels, d'un commun accord et en consultation permanente avec les autorités locales, définiront les questions qui devront être examinées lors des réunions. Dans toute la mesure possible, l'ordre du jour ainsi établi sera communiqué aux participants au moins 30 (trente) jours avant la date d'ouverture de la réunion, étant entendu que l'une ou l'autre des Parties pourra, pendant la réunion, demander l'inscription de questions nouvelles à l'ordre du jour. Le délai susmentionné ne s'appliquera pas lorsqu'il sera convoqué des réunions extraordinaires, lesquelles, en raison de l'urgence, se tiendront immédiatement.

Article VI

Les travaux des Comités de frontières auront les objectifs suivants:

- a) En rigoureuse conformité avec les instruments internationaux en vigueur et les compétences juridiques internes respectives de chaque pays, adopter des accords et des solutions applicables *in situ*, dans les limites de la région frontalière dont il s'agit;
- b) Suggérer des initiatives au Groupe de travail de la Commission de voisinage sur la coopération amazonienne et le développement frontalier afin de promouvoir une plus grande intégration dans la région frontalière;
- c) Appuyer et faciliter l'application, dans leurs domaines de compétence, des mesures définies et convenues dans le cadre de la Commission de voisinage Brésil-Pérou et de ses groupes de travail ainsi que du Mécanisme permanent de consultation, d'information et de coopération pour les affaires internationales et les questions d'intérêt commun;

d) Promouvoir une coordination plus étroite entre les organismes publics et les entités privées dans la région frontalière dont il s'agit.

Article VII

Les questions qui ne relèvent pas de la compétence des Comités de frontières seront soumises à l'examen des instances compétentes des deux pays par l'entremise de leurs Ambassades et Ministères des relations extérieures respectifs.

Article VIII

Les présidents des Comités de frontières informent aussitôt que possible leurs Ambassades et Ministères des relations extérieures respectifs des recommandations adoptées par consensus et leur communiquent les actes des réunions. Ils présenteront également au Groupe de travail sur la coopération amazonienne et le développement frontalier, lors des réunions de ce dernier, un rapport succinct sur leurs activités, en y joignant les actes des réunions et les recommandations formulées.

Article IX

Toute proposition de modification du présent Règlement devra être soumise à l'approbation des Ministères des relations extérieures respectifs.

Si la proposition qui précède rencontre l'agrément de votre gouvernement, je propose que la présente note et votre note en réponse, de même teneur et de même date, constituent entre nos deux gouvernements un accord qui entrera en vigueur à compter de cette date.

Je saisis cette occasion, etc. ...

Le Ministre des relations extérieures de la
République fédérative du Brésil,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Son Excellence
Monsieur Fernando de Trazegnies Granda
Ministre des relations extérieures
République du Pérou

II

NOTA (RE) No. 6/24

Lima, le 21 juillet 1999

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de votre note No. 186 du 21 juillet 1999 concernant la proposition du Gouvernement de la République fédérative du Brésil de créer des Comités de frontières entre le Pérou et le Brésil et de réglementer leur fonctionnement par un règlement rédigé comme suit:

[Voir note I]

J'ai le plaisir de vous faire savoir que la proposition susmentionnée rencontre l'agrément de mon gouvernement et que votre note et la présente réponse constitueront par conséquent entre nos deux gouvernements un accord qui entrera en vigueur à compter de ce jour.

Je saisis cette occasion, etc. ...

Le Ministre des relations extérieures de
la République du Pérou,
FERNANDO DE TRAZEGNIES GRANDA

Son Excellence
Monsieur Luiz Felipe Lampreia
Ministre des relations extérieures de la
République fédérative du Brésil
Lima